



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682520 - RS (2021/0233500-4)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : CARLOS EDUARDO MARTINS LIMA  
**ADVOGADO** : CARLOS EDUARDO MARTINS LIMA - RS093927  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : PAUL NIL MENDES PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAUL NIL MENDES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5088909-88.2021.8.21.7000/RS).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 34 da Lei n. 11.343/2006, tendo a prisão em flagrante sido convertida em preventiva.

Sustenta o impetrante que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar e que o decreto construtivo estaria embasado apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Alega ter havido abuso de autoridade por parte da polícia.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente e argumenta que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas descritas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Aduz a desproporcionalidade da segregação preventiva, tendo em vista que o crime imputado é cometido sem violência ou grave ameaça e em caso de condenação o regime inicial de cumprimento de pena será diverso do fechado.

Defende a necessidade de reavaliação da custódia, ante a pandemia de Covid-19, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, constata-se que a questão relativa à revogação da prisão com base na Recomendação CNJ n. 62/2020 não foi apreciada pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO.  
INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E  
ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADE POR  
AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE  
CUSTÓDIA. DISPENSA DEVIDAMENTE JUSTIFICADA.  
CONVERSÃO EM PREVENTIVA. SUPERAÇÃO. PRISÃO  
PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO  
CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA E GRAVIDADE  
CONCRETA DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO

VÁLIDA. RISCO DE CONTÁGIO POR COVID-19. TEMA NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

5. Por fim, convém destacar que o **pedido de revogação da prisão preventiva ante o risco de contágio por Covid-19 não foi objeto de cognição pelo Tribunal de origem. Logo, inviável seu enfrentamento por esta Corte Superior, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância** (AgRg no RHC 113.160/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 27/8/2019, DJe 10/9/2019; RHC 116.635/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 3/10/2019, DJe 9/10/2019).

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 651.865/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/06/2021, DJe 21/06/2021)

No mais, observa-se, em um juízo de cognição sumária, que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da custódia do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 21/25):

*"2. Denego a ordem. Início o voto, dizendo que a prisão preventiva do paciente é legal. Ele foi preso em flagrante e esta foi a decisão que decretou a sua preventiva:*

*'Conforme se verifica, o flagrado foi preso após monitoramento realizado pela Polícia Civil, que possuía informações de que Paul armazenava e distribuía drogas para Christopher, conhecido como "Mexicano". Após monitorar o flagrado por uma semana, em diferentes horários, os agentes públicos o abordaram em um veículo Pálio e lograram êxito em localizar com ele comprimidos de drogas sintéticas, além de 24 porções de cocaína escondida no interior do teto do veículo. Na residência do flagrado encontraram 01 porção de haxixe, mais comprimidos de drogas sintéticas, 01 frasco de cetamin (anestésico usado no preparo de drogas sintética), além de uma balança de precisão. Ainda, no local de trabalho do autuado, foi localizada uma sacola contendo 26 porções de maconha, 236 porções de cocaína, e R\$ 800,00.*

*Nesse contexto, há, com efeito, significativa evidência do envolvimento recente e habitual de Paul com práticas relacionadas à traficância, mormente considerando a investigação que já se*

*encontrava em andamento pela Autoridade Policial e a quantidade e variedade de drogas apreendidas, o que denota a periculosidade do flagrado e o risco concreto risco de reiteração delitiva, justificando a necessidade de preservação da ordem pública por meio da decretação da prisão preventiva.*

*[...]*

*São essas, portanto, as razões que me levam a converter a prisão em flagrante em preventiva de Paul, a bem da ordem pública.'*

*Destaco que ela, a prisão, foi decretada por autoridade competente e depois de examinar a prisão em flagrante do indiciado (artigo 310, II, do Código de Processo Penal). E já acrescento que não é caso de relaxamento da prisão, porque ela não é ilegal.*

*Cabe apenas verificar sobre a possibilidade da concessão da liberdade provisória na forma do artigo 282 e seguintes do Código citado. A autoridade judicial já se manifestou a respeito, entendendo que não era possível tal situação. E adianto que comungo do mesmo entendimento.*

*3. Adentrando na discussão da questão, reafirmo que é tranquila a jurisprudência dos Tribunais no sentido de que a primariedade e bons antecedentes dos acusados ou indiciados não impede a decretação da prisão provisória. As razões jurídicas que justificam a cautela preventiva estão contidas no artigo 312 do Código de Processo Penal e não tem nenhuma ligação com o passado do paciente.*

*Depois, o princípio da presunção de inocência, (CF, artigo 5º, LVII), não impede a adoção de medidas cautelares contra a liberdade do acusado ou indiciado, ocorrida através da detenção provisória. A presunção referida antes está ligada ao Direito Penal, impedindo que sanções da sentença condenatória, ainda não transitada em julgado ou ainda não examinada pelo Segundo Grau em recurso de apelação, sejam aplicadas.*

*Ela, questão, não alcança a prisão provisória, instituto de Direito Processual Penal, que tem vinculação com a cautela, com a necessidade do recolhimento antecipado do agente, para garantir a ordem pública ou regular desenvolvimento do processo ou assegurar cumprimento de eventual condenação.*

*Por fim, diante da denominada “via estreita do writ” as Cortes brasileiras não admitem, corretamente, a discussão da prova do crime e da sua autoria, quando ela é controvertida. É evidente que existe um exame de prova, mas ele se restringe a verificar, de forma superficial, a existência de um fato criminoso na ação do paciente ou de ser ele autor do delito. Aqui, a situação está demonstrada, pois o paciente foi*

*preso em flagrante delito e este flagrante foi reconhecido pela autoridade judicial como válido.*

*[...]*

*4. No mérito e sobre o requerimento de liberdade, digo que ele não procede. A prisão preventiva está plenamente justificada na garantia da ordem pública, tendo em vista a atuação do paciente na comercialização de entorpecentes.*

*[...]*

*5. Dois fatores eu destaco para a hipótese em julgamento e ambos importantes a determinar que, nos casos de tráfico, olhe-se com muita atenção os fatos: a comoção social com quantidade e variedade de delitos envolvendo os traficantes e perpetrados no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul e a necessidade do Poder Judiciário, juntamente com outros poderes do Estado, dar uma resposta a esta situação.*

*[...]*

*Portanto, há gravidade concreta na ação do paciente, justificando a detenção provisória decretada. Esta gravidade e o tipo de atividade criminosa, que pratica o acusado-indiciado, impendem pela reiteração que ocorreria ao se aplicarem outras medidas cautelares que não a prisão.*

*6. Finalizo, afirmando que não se deve prender apenas pela gravidade do delito em si. Mas, convenhamos, é bem diferente o exame que se deve fazer entre a prisão de alguém que furtou de alguém que trafica entorpecente.*

*É evidente, como salientado no corpo deste voto, que a repercussão negativa e traumatizante do segundo fato delituoso, em razão da atuação dos traficantes, exige um julgamento da situação (prisão) com mais atenção e rigorismo a respeito da possibilidade de liberdade do detido. E incluo neste exame o fato que as leis penais não foram criadas somente para punir infratores. Mas também, punindo-os, têm o objetivo da prevenção contra fatos semelhantes.*

*7. Assim, nos termos supra, voto por denegar a ordem."*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência